

DOMINGO XXII DO TEMPO COMUM

CIC 577-582: Jesus e a Lei

577 Jesus fez uma solene advertência no início do sermão da montanha, ao apresentar a Lei dada por Deus no Sinai, quando da primeira Aliança, à luz da graça da Nova Aliança:

«Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim revogá-los, mas levá-los à perfeição. Em verdade vos digo: Antes que passem o céu e a Terra, não passará da Lei a mais pequena letra ou o mais pequeno sinal, sem que tudo se cumpra. Portanto, se alguém transgredir um só destes mandamentos, por mais pequeno que seja, e ensinar assim aos homens, será o menor no Reino dos céus. Mas aquele que os praticar e ensinar, será grande no Reino dos céus» (*Mt 5, 17-19*).

578 Jesus, o Messias de Israel e, portanto, o maior no Reino dos céus, fazia questão de cumprir a Lei, executando-a integralmente até nos mais pequenos preceitos, segundo as suas próprias palavras. Foi, mesmo, o único a poder fazê-lo perfeitamente¹. Os Judeus, segundo a sua própria confissão, não puderam nunca cumprir integralmente a Lei sem violação do mínimo preceito². Por isso é que, em cada festa anual da Expição, os filhos de Israel pediam a Deus perdão pelas suas transgressões da Lei. Com efeito, a Lei constitui um todo e, como lembra São Tiago, «quem observa toda a Lei, mas falta num só mandamento, fica réu de todos os outros» (*Tg 2, 10*)³.

579 Este princípio da integralidade da observância da Lei, não só na letra mas também no espírito, era caro aos fariseus. Tornando-o extensivo a Israel, conduziram muitos judeus do tempo de Jesus a um zelo religioso extremo⁴. E um tal zelo, se não se ficasse por uma casuística «hipócrita»⁵, com certeza que prepararia o povo para esta inaudita intervenção de Deus, que será o cumprimento perfeito da Lei pelo único justo representante de todos os pecadores⁶.

580 O cumprimento perfeito da Lei só podia ser obra do divino Legislador, nascido sujeito à Lei na pessoa do Filho⁷. Em Jesus, a Lei já não aparece gravada em tábuas de pedra, mas «no íntimo do coração» (*Jr 31, 33*) do Servo, o qual, proclamando «fielmente o direito» (*Is 42, 3*), se tornou «a aliança do povo» (*Is 42, 6*). Jesus cumpriu a Lei até ao ponto de tomar sobre Si «a maldição da

¹ Cf. *Jo 8, 46*.

² Cf. *Jo 7, 19; Act 13, 38-41; 15, 10*.

³ Cf. *Gl 3, 10; 5, 3*.

⁴ Cf. *Rm 10, 2*.

⁵ Cf. *Mt 15, 3-7; Lc 11, 39-54*.

⁶ Cf. *Is 53, 11; Heb 9, 15*.

⁷ Cf. *Gl 4, 4*.

Lei»⁸ em que incorrem aqueles que não «praticam todos os preceitos da Lei»⁹; porque «a morte de Cristo foi para remir as faltas cometidas durante a primeira Aliança» (*Heb 9, 15*).

581 Jesus apareceu aos olhos dos Judeus e dos seus chefes espirituais como um «rabbi»¹⁰. Muitas vezes argumentou, no quadro da interpretação rabínica da Lei¹¹. Mas, ao mesmo tempo, Jesus tinha forçosamente de Se confrontar com os doutores da Lei porque não Se contentava com propor a sua interpretação a par das deles: «ensinava como quem tem autoridade e não como os escribas» (*Mt 7, 28-29*). N'Ele, era a própria Palavra de Deus, que Se fizera ouvir no Sinai, para dar a Moisés a Lei escrita, que de novo Se fazia ouvir sobre a montanha das bem-aventuranças¹². Esta Palavra de Deus não aboliu a Lei, mas cumpriu-a, ao fornecer, de modo divino, a sua interpretação última: «Ouvistes que foi dito aos antigos... Eu, porém, digo-vos» (*Mt 5, 33-34*). Com esta mesma autoridade divina, desaprova certas «tradições humanas»¹³ dos fariseus, que «anulam a Palavra de Deus»¹⁴.

582 Indo mais longe, Jesus cumpriu a lei sobre a pureza dos alimentos, tão importante na vida quotidiana judaica, explicando o seu sentido «pedagógico»¹⁵ por uma interpretação divina: «Não há nada fora do homem que, ao entrar nele, o possa tornar impuro [...] – e assim declarava puros todos os alimentos – [...]. O que sai do homem é que o torna impuro. Pois, do interior do coração dos homens é que saem os pensamentos perversos» (*Mc 7, 18-21*). Proporcionando, com autoridade divina, a interpretação definitiva da Lei, Jesus colocou-Se numa situação de confronto com certos doutores da Lei, que não aceitavam a sua interpretação, muito embora garantida pelos sinais divinos que a acompanhavam¹⁶. Isto vale sobretudo para a questão do sábado: Jesus lembra, e muitas vezes com argumentos rabínicos¹⁷, que o repouso sabático não é violado pelo serviço de Deus¹⁸ ou do próximo¹⁹, que as suas curas realizam.

CIC 1961-1974: a Antiga Lei e o Evangelho

1961 Deus, nosso Criador e nosso Redentor, escolheu Israel como seu povo e revelou-lhe a sua Lei, preparando assim a vinda de Cristo. A Lei de Moisés exprime muitas verdades naturalmente acessíveis à razão. Estas encontram-se declaradas e autenticadas no âmago da aliança da salvação.

⁸ Cf. *Gl 3, 13*.

⁹ Cf. *Gl 3, 10*.

¹⁰ Cf. *Jo 3, 2; Mt 22, 23-24.34-36*.

¹¹ Cf. *Mt 9, 12; 12, 5; Mc 2, 23-27; Lc 6, 6-9; Jo 7, 22-23*.

¹² Cf. *Mt 5, 1*.

¹³ Cf. *Mc 7, 8*.

¹⁴ Cf. *Mc 7, 13*.

¹⁵ Cf. *Gl 3, 24*.

¹⁶ Cf. *Jo 5, 36; 10, 25.37-38; 12, 37*.

¹⁷ Cf. *Mc 2, 25-27; Jo 7, 22-24*.

¹⁸ Cf. *Mt 12, 5; Nm 28, 9*.

¹⁹ Cf. *Lc 13, 15-16; 14, 3-4*.

1962 A Lei antiga é o primeiro estádio da lei revelada. As suas prescrições morais estão compendiadas nos Dez Mandamentos. Os preceitos do Decálogo assentam os alicerces da vocação do homem, feito à imagem de Deus; proibem o que é contrário ao amor de Deus e do próximo e prescrevem o que lhe é essencial. O Decálogo é uma luz oferecida à consciência de todo o homem, para lhe manifestar o apelo e os caminhos de Deus e o proteger contra o mal:

Deus «escreveu nas tábuas da Lei o que os homens não liam nos seus corações»²⁰.

1963 Segundo a tradição cristã, a Lei santa²¹, espiritual²² e boa²³, é ainda imperfeita. Como um pedagogo²⁴, ela mostra o que se deve fazer; mas, por si, não dá a força, a graça do Espírito para ser cumprida. Por causa do pecado, que ela não pode anular, não deixa de ser uma lei de escravidão. Segundo São Paulo, ela tem por função principalmente denunciar e *manifestar o pecado* que constitui uma «lei de concupiscência»²⁵ no coração do homem. No entanto, a Lei permanece como a primeira etapa no caminho do Reino. Prepara e dispõe o povo eleito e cada cristão para a conversão e para a fé em Deus salvador. Proporciona um ensinamento que subsiste para sempre, como Palavra de Deus.

1964 A Lei antiga é uma *preparação para o Evangelho*. «A Lei é profecia e pedagogia das realidades futuras»²⁶. Ela profetiza e preanuncia a obra de libertação do pecado, que será realizada por Cristo; e fornece ao Novo Testamento imagens, «tipos» e símbolos para exprimir a vida segundo o Espírito. Finalmente, a Lei completa-se pelo ensinamento dos Livros Sapienciais e dos Profetas, que a orientam para a Nova Aliança e para o Reino dos céus.

«Houve [...] na vigência da Antiga Aliança, pessoas que possuíam a caridade e a graça do Espírito Santo, e aspiravam acima de tudo às promessas espirituais e eternas. Sob este aspecto, já pertenciam à nova Lei. E, vice-versa, existem na Nova Aliança homens carnisais, ainda distantes da perfeição da nova Lei. Para os incitar à prática da virtude, tem sido necessário, mesmo na Nova Aliança, o temor do castigo e certas promessas temporais. Em todo o caso, a Lei antiga, embora prescrevesse a caridade, não dava o Espírito Santo, pelo qual “a caridade se difunde nos nossos corações” (Rm 5, 5)»²⁷.

1965 A Lei nova ou Lei evangélica é a perfeição, na terra, da Lei divina, natural e revelada. É obra de Cristo e tem a sua expressão, de modo particular, no sermão da montanha. É também obra do Espírito Santo e, por Ele, torna-se a lei interior da caridade: «Estabelecerei com a casa de Israel uma aliança nova [...] Hei-de imprimir as minhas leis no seu espírito e gravá-las-ei no seu coração. Eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo» (Heb 8, 8-10)²⁸.

²⁰ SANTO AGOSTINHO, *Enarratio in Psalmum 57*, 1: CCL 39, 708.

²¹ Cf. Rm 7, 12.

²² Cf. Rm 7, 14.

²³ Cf. Rm 7, 16.

²⁴ Cf. Gl 3, 24.

²⁵ Cf. Rm 7.

²⁶ SANTO IRENEU DE LIÃO, *Adversus haereses*, 4, 15, 1: SC 100, 548 (PG 7, 1012).

²⁷ SÃO TOMÁS DE AQUINO, *Summa theologiae*, 1-2, q. 107, a. 1, ad 2: Ed. Leon 7, 279.

²⁸ Cf. Jr 31, 31-34.

- 1966** A Lei nova é a *graça do Espírito Santo*, dada aos fiéis pela fé em Cristo. Opera pela caridade e serve-se do sermão do Senhor para nos ensinar o que se deve fazer, e dos sacramentos para nos comunicar a graça de o fazer:
- «Aquele que quiser meditar com piedade e perspicácia o sermão que nosso Senhor pronunciou na montanha, tal como o lemos no Evangelho de São Mateus, nele encontrará, sem dúvida alguma, a carta perfeita da vida cristã [...]. Esse sermão encerra todos os preceitos próprios para guiar a vida cristã»²⁹.
- 1967** A Lei evangélica «cumpre»³⁰, apura, ultrapassa e leva à perfeição a Lei antiga. Nas «bem-aventuranças», ela *cumpra as promessas* divinas, elevando-as e ordenando-as para o «Reino dos céus». Dirige-se àqueles que estão dispostos a acolher com fé esta esperança nova: os pobres, os humildes, os aflitos, os corações puros, os perseguidos por causa de Cristo, traçando assim os surpreendentes caminhos do Reino.
- 1968** A Lei evangélica *dá cumprimento aos mandamentos* da Lei. O sermão do Senhor, longe de abolir ou desvalorizar as prescrições morais da Lei antiga, tira deles virtualidades ocultas, fazendo surgir novas exigências: revela toda a verdade divina e humana que elas contêm. Não acrescenta preceitos externos novos; mas chega a reformar a raiz dos actos, o coração, onde o homem escolhe entre o puro e o impuro³¹, onde se formam a fé, a esperança e a caridade e, com elas, as outras virtudes. Assim, o Evangelho leva a Lei à sua plenitude, pela imitação da perfeição do Pai celeste³², pelo perdão dos inimigos e pela oração pelos perseguidores, à maneira da generosidade divina³³.
- 1969** A Lei nova *pratica os actos da religião*: a esmola, a oração, o jejum, ordenando-os para «o Pai que vê no segredo», ao contrário do desejo «de ser visto pelos homens»³⁴. A sua oração é o «Pai Nosso»³⁵.
- 1970** A Lei evangélica supõe a escolha decisiva entre «os dois caminhos»³⁶ e a passagem à prática das palavras do Senhor³⁷; resume-se na regra de ouro: «Tudo quanto quiserdes que os homens vos façam, fazei-lho, de igual modo, vós também, pois nisso consiste a Lei e os Profetas» (*Mt 7, 12*)³⁸. Toda a Lei evangélica se apoia no «*mandamento novo*» de Jesus³⁹, de nos amarmos uns aos outros como Ele nos amou⁴⁰.
- 1971** Ao sermão do Senhor convém juntar a *catequese moral dos ensinamentos apostólicos*, como *Rm 12-15; 1 Cor 12-13; Cl 3-4; Ef 4-5*; etc.. Esta doutrina transmite o ensinamento do Senhor com a autoridade dos Apóstolos, sobretudo pela exposição das virtudes que dimanam da fé em Cristo e que são animadas

²⁹ SANTO AGOSTINHO, *De sermone Domini in monte*, 1, 1, 1: CCL 35, 1-2 (PL 34, 1229-1231).

³⁰ Cf. *Mt 5, 17-19*.

³¹ Cf. *Mt 15, 18-19*.

³² Cf. *Mt 5, 48*.

³³ Cf. *Mt 5, 44*.

³⁴ Cf. *Mt 6, 1-6; 16-18*.

³⁵ Cf. *Mt 6, 9-13*.

³⁶ Cf. *Mt 7, 13-14*.

³⁷ Cf. *Mt 7, 21-27*.

³⁸ Cf. *Lc 6, 31*.

³⁹ Cf. *Jo 13, 34*.

⁴⁰ Cf. *Jo 15, 12*.

pela caridade, o principal dom do Espírito Santo. «Seja a vossa caridade sem fingimento [...]. Amai-vos uns aos outros com amor fraterno [...]. Sede alegres na esperança, pacientes na tribulação, perseverantes na oração, acudindo com a vossa parte às necessidades dos santos, procurando o ensejo de exercer a hospitalidade» (*Rm* 12, 9-12). Esta catequese ensina-nos a tratar os casos de consciência à luz da nossa relação com Cristo e com a Igreja⁴¹.

1972 A Lei nova é chamada *Lei do amor*, porque faz agir mais pelo amor infundido pelo Espírito Santo do que pelo temor; *Lei da graça*, porque confere a força da graça para agir pela fé e pelos sacramentos; *Lei de liberdade*⁴², porque nos liberta das observâncias rituais e jurídicas da Lei antiga, nos inclina a agir espontaneamente sob o impulso da caridade e, finalmente, nos faz passar da condição do escravo «que ignora o que faz o seu senhor», para a do amigo de Cristo: «porque vos dei a conhecer tudo o que ouvi do meu Pai» (*Jo* 15, 15); ou ainda para a condição de filho herdeiro⁴³.

1973 Além dos seus preceitos, a Lei nova inclui também os *conselhos evangélicos*. A distinção tradicional entre os mandamentos de Deus e os conselhos evangélicos estabelece-se por referência à caridade, perfeição da vida cristã. Os preceitos destinam-se a afastar tudo o que é incompatível com a caridade. Os conselhos têm por fim afastar o que, mesmo sem lhe ser contrário, pode constituir impedimento à expansão da caridade⁴⁴.

1974 Os conselhos evangélicos manifestam a plenitude viva da caridade, sempre insatisfeita por não dar mais. Atestam o seu ímpeto e solicitam a nossa prontidão espiritual. A perfeição da Lei nova consiste essencialmente nos preceitos do amor de Deus e do próximo. Os conselhos indicam caminhos mais directos, meios mais adequados, e são praticáveis segundo a vocação de cada um:

«Deus não quer que cada um observe todos os conselhos, mas somente os que são convenientes, segundo a diversidade das pessoas, dos tempos, das ocasiões e das forças, consoante a caridade o requer; pois é ela que, como rainha de todas as virtudes, de todos os mandamentos, de todos os conselhos, em suma, de todas as leis e de todas as acções cristãs, lhes dá a todos e a todas o lugar, a ordem, o tempo e o valor»⁴⁵.

⁴¹ Cf. *Rm* 14; *1 Cor* 5-10.

⁴² Cf. *Tg* 1, 25; 2, 12.

⁴³ Cf. *Gl* 4, 1-7; 21-31; *Rm* 8, 15-17.

⁴⁴ Cf. SÃO TOMÁS DE AQUINO, *Summa theologiae*, 2-2. Q. 184, a. 3: Ed. Leon. 10, 453-454.

⁴⁵ SÃO FRANCISCO DE SALES, *Traité de l'amour de Dieu*, 8, 6: *Oeuvres*, v. 5 (Anecy 1894) p. 75.